

## Apresentação

A Revista on line de Política e Gestão Educacional, por princípio, ser um periódico aberto o suficiente para difundir os mais diferentes pontos de vistas sobre os mais diversos assuntos. A difusão do pensamento diversificado por meio da pluralidade de ideias e do debate livre faz do nosso princípio uma componente estruturante da nossa concepção de Universidade e de Ciência. Política e gestão são duas palavras que estão na mais absoluta evidência hoje em nosso país, infelizmente não por sua dimensão virtuosa, mas por se apresentar como instrumento de mobilização da sociedade. Esse número da RPGE, traz temas que se propõem discutir ou fomentar discussões desse âmbito para as questões educacionais, nem sempre virtuosas, mas sempre com a criticidade necessária para o debate produtivo e propositivo, sejam eles, teóricos, filosóficos, conceituais, históricos, técnicos ou de qualquer que seja sua matriz de argumentação.

No texto, **O financiamento da educação básica no estado do Acre/Br: um estudo da vinculação da receita de impostos**; os autores Marcos Edgar BASSI, Pelegrino Santos VERÇOSA, da UFSC, apresentam um estudo sobre o financiamento da educação básica do estado do Acre. Analisa resultados decorrentes da elevação do percentual de vinculação da receita de impostos estaduais. A análise do financiamento da educação e da legislação constitucional estadual se deu a partir dos dados extraídos dos balanços gerais de execução orçamentária e de relatórios contábeis disponíveis em sites oficiais do governo estadual e do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Evidenciou-se que, apenas meio ponto percentual passou a ser despendido na função educação, elevando para 25,5% o patamar mínimo para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Nessa discussão sobre questões que envolvem recursos financeiros, em questões mais amplas com dimensões paradigmáticas e ideológicas, o artigo de Remo Moreira Brito BASTOS e Antônia Rozimar Machado e ROCHA, intitulado **A circularidade do autoreferencial teórico do banco mundial em suas pesquisas educacionais e seus**

**projetos;** trata do paradigma teórico e do *modus operandi* prevalentes nos departamentos de pesquisa do Banco Mundial que vem se apresentando como organismo central na formulação das novas políticas educacionais globais para os países da periferia capitalista. Pautando-se em fontes bibliográficas e documentais daquela corporação e na literatura acadêmica crítica sobre ela, o estudo conduz a resultados que indicam, para além do caráter ideológico, a estreiteza de horizonte, a limitação epistemológica e a funcionalidade estratégica à manutenção dos paradigmas neoliberais da pesquisa educacional conduzida naquele banco ou por ele comissionada. Assim posto, o texto apresenta reflexão importante sobre os padrões de ordem ideológicas se sobrepondo aos demais interesses do diferentes nichos e grupos sociais do mundo.

Em um plano micro, bem mais restrito, porém não menos importante no debate sobre questões de recursos e/ou estratégicas para a educação, o texto de Pedro Henrique Rodrigues de Camargo DIAS, Jonilto Costa SOUSA e Cecília Cândida Frazão VIEIRA; **Estratégia institucional: relação entre o PDI, PPI e planejamento estratégico no IFB;** apresenta uma discussão pertinente em a relação do Plano de Desenvolvimento Institucional– PDI –, Projeto Pedagógico Institucional – PPI –, e o Planejamento Estratégico, especificamente no âmbito da eficácia organizacional. O PDI, PPI e Planejamento estratégico no Instituição Federal de Brasília – IFB –, se inter-relacionam, interagem em decorrência de sua natureza estratégica como foco nos resultados organizacionais. O estudo de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e caráter exploratório, é instrumentalizado pela técnica documental e entrevistas semiestruturada, bem como análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram a integração eficiente entre PDI, PPI e Planejamento Estratégico, favorecem a construção de uma instituição de qualidade. A política estabelecida e os procedimentos de gestão precisam, em algum momento, chegar à unidade escolar e, dessa forma, atender a demandas locais e/ou regionais.

Nesse sentido, Cristiane Machado e Angela Maria Martins apresentam o trabalho **Gestão escolar: desafios na mediação das relações de convivência** que discute com pertinência o Sistema de Proteção Escolar (SPE), implementado em 2010 pela Secretaria de Estado de Educação de São Paulo. Discute e analisa as manifestações/opinião de diretores escolares sobre relações humanas e profissionais no cotidiano escolar, a relação da gestão com a rede de apoio e as implicações de Professores Mediadores (PMECs) na dinâmica escolar.

Essa situação pode estar, de certa forma e até certo ponto, diretamente envolvida no trabalho apresentado por Ana Cristina Silva Daxenberger que bucou compreender o posicionamento tácito da escola sobre as questões de discriminação racial e valorização da diversidade. O texto **As questões etnico-raciais em escolas estaduais na região do brejo paraibano** traz uma concepção de educação para as relações etnico-raciais nas escolas. Investigou a forma como estão sendo construídas as relações étnico-raciais em escolas estaduais do ensino médio, por meio de um questionário e entende que esses debates e ações sobre as questões étnico-raciais no ambiente escolar, sobretudo, para a superação da discriminação e o preconceito racial; ainda se encontra em um nível incipiente.

Não menos que isso, encontra-se o **Atendimento psicológico e demandas discentes a partir de serviços em faculdades privadas do norte do país**. O texto de Núbia Roberta AYRES e Cleber LIZARDO DE ASSIS, analisa que as faculdades procuram oferecer serviços de atendimento psicológico como parte das obrigações institucionais e, nesse contexto, o artigo busca discutir as possibilidades de atuação do psicólogo junto a estudantes da Educação Superior a partir de uma tipologia de casos nesses serviços. O estudo entende que sejam necessárias ações nesse sentido para diminuição de algumas tensões e problemas no nível superior de educação, uma vez que foram observadas dificuldades relacionadas a fatores emocionais.

Em uma visão pouco convencional para os trabalhos de pesquisas em política pública, o trabalho denominado **Políticas públicas de direito à educação para os idosos em internação**, do autor Hamilton de Oliveira TELLES JÚNIOR e das autoras Ivone PANHOCA, Bárbara Lucchesi RAMACCIOTTI e Rosália Maria Netto PRADOS, considera que o aumento do tempo de vida médio das pessoas estão aumentando e a população vem passando por grandes transformações, tanto sociais como tecnológicas, que apontam para necessidades específicas de pessoas idosas. O idoso tende a ser apartado socialmente, com prejuízos para sua saúde e, conseqüentemente, sua qualidade de vida. Este estudo busca descrever e analisar as políticas públicas voltadas à educação do idoso internado em hospitais ou em instituições, com base no modelo de análise de políticas públicas onde se verificam os atores envolvidos nessas políticas e seus interesses afins.

A gestão escolar se evidencia permanentemente associada à política pública, no texto **A influência da gestão escolar na motivação dos professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo-Brasil** de Breno

Brício AMARAL, com objetivo de responder a uma situação caracterizada como problema de Gestão Escolar, procurou-se investigar a relação entre essa Gestão assim considerada e a sua influência na motivação dos professores envolvidos com base nas teorias da Administração e Gestão Democrática. Com levantamento de dados feito por questionário e entrevista, indicou que o modelo de gestão adotado tem incidido negativamente sobre a motivação docente, gerando desconfortos emocionais e inseguranças profissionais.

Considerando outros pontos de vistas e necessidades sobre as pertinentes reflexões que os estudos e investigações educacionais possibilitam, a visão filosófica nos inquietam e, por vezes, nos é necessária. André Luis CASTRO DE FREITAS e Luciane Albernaz de ARAUJO FREITAS nos apresentam esse tipo de reflexão necessária numa discussão sobre **A vocação ontológica do ‘ser mais’: ‘situações-limites’: aproximando Freire e Vieira Pinto**. Nomes reconhecidos nos meios filosóficos que ao apresentarem seus modos de pensar nos levam a indagações pertinentes sobre nossa realidade vivencial. O texto tece aproximações entre os pensamentos de Freire e Vieira Pinto a partir de um estudo descritivo crítico.

A intenção de apresentar pressupostos que demonstrem, na concepção dos autores, o fazer de uma educação popular mais humana e libertadora ao mesmo tempo que problematiza a fronteira, entre o ser e o ‘ser mais’. Nesse sentido e direção, Maria Fernanda Alves GARCIA MONTERO, por meio do seu texto **A filosofia no currículo e na percepção de alunos e professores do ensino médio brasileiro e do bachillerato espanhol: estudo comparativo sobre o papel da filosofia e suas condições de ensino**, analisa o ensino da Filosofia no Ensino Médio brasileiro e no Bachillerato espanhol, tanto no que significa o seu lugar no currículo, quanto no que se refere às percepções de alunos e professores sobre seu ensino. Os dados sobre o currículo em sua aplicação efetiva foram obtidos por meio de questionários aplicados a alunos concluintes do Ensino Médio de uma escola pública no Brasil e alunos concluintes do Bachillerato de uma escola pública na Espanha e a professores de Filosofia dessa etapa da escolaridade, dois brasileiros e dois espanhóis, todos profissionais de escolas públicas.

A questão filosófica, sempre pertinente nessas reflexões reforçam nossas decisões e a forma como assumimos posição sobre algo. O texto das autoras Roberta Aline SBRANA, Flaviana Christine V. P. M. ASSUMPCÃO e Joana Corrêa GOULART, ao discutirem a obra de O Processo de Decisão Política produzem reflexões interessantes sobre essa temática. Apresentam o texto **O processo decisório**

**em Charles Edward Lindblom e a vontade geral em Jean-Jacques Rousseau: reflexões acerca da participação política e da necessidade de educação para essa participação** onde destacam a relevância da educação na formação dos cidadãos participativos na vida pública. O foco detido da reflexão para Lindblom é o alerta a necessidade da existência de uma educação que tenha como compromisso a formação de homens e mulheres para a participação social, pois somente a partir dessa educação tal participação poderá se efetivar. Do mesmo modo que Rousseau apresenta considerações acerca da importância da participação do povo no processo de elaboração do contrato social por meio da ‘vontade geral’. Mas essa participação implica a criação de uma educação voltada para a formação do homem como indivíduo e cidadão, para sua participação ativa da/na sociedade. Esse trabalho procura mostrar que em ambas as reflexões esses autores discutem sobre participação política dos cidadãos, que se materializa por meio de uma educação com compromisso de formação para a participação.

A discussão tematizada politicamente inevitavelmente trará uma discussão ideologizada para o debate. Rita de CÁSSIA Duarte, José Luis DERISSO, Elaine Cristina MELO Duarte e Newton DUARTE, discutem no âmbito dos fundamentos propostos pelos estudos sobre a periodização do desenvolvimento psíquico elaborada por Danill Elkonin a partir dos fundamentos teórico-metodológicos da psicologia histórico-cultural propostos por Vigotski e Leontiev. No texto **Jogo de papéis ou jogo protagonizado na organização do ensino na educação infantil**, analisam o desenvolvimento mental como parte do desenvolvimento da personalidade no contexto da educação infantil na perspectiva da pedagogia histórico-crítica.

Buscar a compreensão também pela ótica da avaliação implícita nas mais amplas dimensões que atingem as ações públicas originadas nas decisões políticas. No texto **Avaliação do ensino: aprendizagem na percepção de discentes e docentes no curso de letras da Universidade Estadual Vale do Acaraú**, de Neudiane Moreira FELIX e Evaneide Dourado MARTINS, na busca da compreensão sobre a percepção de discentes e docentes em relação a avaliação do ensino-aprendizagem, a partir das considerações sobre esse conceito nos referenciais teóricos de inúmeros autores como Antunes (2001), Carneiro (1998), Hoffman (2011), entre outros, A investigação configurada como estudo de caso e os procedimentos metodológicos empregados permitiram perceber uma vertente transformadora das práticas dos docentes e sua preocupação com a superação do binômio teoria-prática, através de atividades que envolvam os espaços sociais e

pedagógicos de atuação do licenciado. O estudo mostrou também a necessidade de se proceder a problematização das vivências e aprendizagens da sala de aula com reflexões que possam revelar as crenças educativas que permeiam o imaginário e as relações existentes entre os protagonistas na prática educacional.

Nessa nossa permanente busca de compreensão das inúmeras problemáticas educacionais com que tratamos em nosso cotidiano, um pouco de história nos coloca diante de reflexões antigas e que muitas vezes estamos a pensar que são novas e até originais. No artigo de Fernando RIPE, **A exortação do poder pastoral na educação das crianças em um tratado de Alexandre de Gusmão, América Portuguesa (Século XVII)**, o autor, a partir das categorias conceituais vigilância e punição, analisa as estratégias que orientavam o processo de constituição dos sujeitos masculinos infantis, no contexto luso-brasileiro do final do seiscentos. O estudo feito a partir da obra *Arte de criar bem os Filhos na idade da Puerícia*; produzida na América portuguesa e publicada em Portugal no ano de 1685. O autor, o jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724), oferecia um elenco de normativas que definiam como se deveria formar um “perfeito menino”. A partir de uma analítica foucaultiana identificamos nas prédicas do jesuíta uma incitação discursiva ao mecanismo do poder pastoral através de um conjunto de recomendações para os pais sobre a importância de vigiar as crianças e de como disciplinar e castigar estes meninos para se ‘bem criar’.

As discussões voltadas para a política e gestão da educação dificilmente se estabelecem de forma definitiva sem passar por questões que envolvam o professor em seu exercício efetivo ou sua formação. O texto proposto por Isaias Batista de OLIVEIRA JÚNIOR, discute o assunto do texto **Em cartaz: a formação docente e as representações de famílias organizadas em modelos não convencionais**. Neste artigo, analisa as representações sociais sobre família entre profissionais do magistério. Os dados da pesquisa foram coletados durante a realização de um curso de formação docente sobre as representações de famílias organizadas em modelos não convencionais. Ainda nessa mesma direção, o texto **A formação docente e o campo pedagógico: uma relação necessária**, de Cloves Santos de MORAES e Osmar Hélio Alves ARAÚJO, aborda a relação que deve existir entre a formação inicial dos professores, a Pedagogia e a Didática. Os autores afirmam ser necessário haver componentes curriculares na formação docente que mantenham foco, entre outros, o fazer docente e as práticas pedagógicas. O estudo destaca a Didática como campo teórico da Pedagogia e como necessária à formação docente com lugar de destaque nos cursos de licenciaturas.

Aos leitores que leem a RPGE, esse número apresenta uma visão eclética dos debates que se apresentam sobre questões atuais de Política e Gestão Educacional. Nesse sentido, a RPGE espera, mais uma vez, contribuir para que tenham pontos de vistas diferentes sobre os assuntos que sistematicamente vem circulando no contexto temático da política e da gestão educacional em nosso país. Tenham todos uma boa leitura.

Sebastião de Souza LEMES

Ricardo RIBEIRO

Editores